Fake News, Hate Speech e Factos Alternativos

Agradecimentos

São essencialmente três as mensagens que quero passar:

1. Para estar informado, é preciso saber nadar;
2. As regras sociais continuam a aplicar-se online;
3. Temos direito às nossas opiniões, mas não temos direito aos nossos factos.

**SABER NADAR**

A aquisição de competências digitais e mediáticas numa era em que grande parte das nossas vidas, das nossas relações, das nossas aprendizagens, passam pelas redes, pela internet, é, e La Palisse não diria melhor, absolutamente essencial.

Mas antes de adotarmos este postulado, que é verdadeiro, mas pouco útil em si mesmo, gostava de tentar explicar um bocadinho daquilo que eu vejo quando olho em volta.

As redes sociais juntaram muita gente. Começaram por nos juntar às pessoas de quem gostamos, que conhecemos, que se cruzaram connosco. Eram elas a “nossa rede” – o nosso universo. Lentamente, porém, animadas pelas potencialidades económicas de dividirem os grupos por preferências, inclinações políticas, posturas sociais, as redes começaram a – sem que nos apercebêssemos – juntar-nos com outros que pensam do mesmo modo, a sugerir-nos páginas que nos iriam agradar e a selecionar os conteúdos que nos aparecem, para garantir que nos atraíam, mantendo-nos atentos, envolvidos, agarrados.

Hoje – na verdade, desde há uns tempos -, quando estamos nas redes, estamos com outros como nós, mas isolados de outros diferentes. Lemos as coisas que gostamos, que reforçam as nossas convicções, a nossa perceção. E somos protegidos de tudo o resto, que tomamos por correntes minoritárias, teorias da conspiração, loucuras, quando elas por um acaso rompem o filtro da bolha que nos protege de um mundo que não concorda connosco.

Ao mesmo tempo, a imprensa ficou refém destas novas dinâmicas económicas do mundo online, que determinam o seu sucesso, a sua sustentabilidade, passando a medir o impacto do seu jornalismo pelo número de partilhas, pelas reações geradas. As pessoas habituaram-se a ter informação de graça e ela, naturalmente, perdeu valor e perdeu qualidade. A internet multiplicou as fontes e a linha que separa as credíveis das outras ficou esborratada. Os factos passaram a ser realidades discricionárias, umas vezes escolhidos por nós, outras vezes escolhidos por algoritmos, mas sempre adaptados de forma a reforçar a nossa mundividência.

Esta desconexão entre nós e os outros esteve, talvez pela primeira vez, em evidência nas eleições americanas de 2016. Não foram apenas as sondagens a errar. “Toda a gente” errou. Mas quem é “toda a gente”? Quão desligados dos outros, que elegeram Donald Trump, precisamos de estar para não nos termos apercebido que a vontade de mudança que o elegeu era assim tão profunda e tão radical?

Todos achamos que vivemos na realidade correta. Que o mundo é como nós o vemos. Todos achamos que são os outros que estão errados. Esta sensação é muito humana, mas era algo que, antes destas redes, continuamente confrontávamos, porque não obtínhamos informação personalizada, porque o nosso círculo social era menos homogéneo. Perdemos isso. E deixámos de nos preocupar em cobrir essa diferença, entre nós e os outros, entre a nossa realidade e a realidade dos outros, para nos acoitarmos na nossa certeza inabalável de estarmos certos – e que os outros são mentirosos, ignorantes, mal-intencionados, por pretenderem o contrário.

O mundo tornou-se um arquipélago, com muitas ilhas e poucas pontes, também por nossa culpa, mas muito por força das tecnologias e das redes que tomaram conta das nossas vidas.

Volto então ao postulado inicial, que agora já ganhou um bocadinho mais de cor: a aquisição de competências digitais e mediáticas é hoje absolutamente essencial.

Quando falo destas competências, refiro-me sobretudo à capacidade para reconhecer esta situação, a direção na qual as forças tecnológicas e informativas nos empurram, porque reconhecendo-a podemos adotar o espírito crítico que nos permite filtrar, nós, não os algoritmos, nós, aquilo que lemos e aquilo em que depositamos confiança.

O trabalho que tenho desenvolvido em conjunto com o Pedro Bragança na página dos Truques da Imprensa Portuguesa é, julgamos, sobretudo um apelo a esse espírito crítico. Procurámos criar nos leitores como nós a ideia de que antes de depositar a nossa confiança nas coisas que lemos devemos questioná-las, confrontá-las com outras fontes, testá-las. É um exercício cansativo, de certo modo até contrário à natureza da tecnologia, que passa por consolidar, tornar mais rápido, mais acessível.

Mas essa consolidação, essa rapidez, fez-se à custa do intermediário de confiança que fazia esse trabalho por nós. Os órgãos de comunicação cortaram em revisores, trabalham sobre a pressão de serem os primeiros, saltam etapas de confirmação. Não garantem já, salvo honrosas exceções – temos jornalistas e projetos de informação incríveis em Portugal e no mundo – a qualidade da informação. Há milhares de sites de notícias. Milhões de blogs e influencers e páginas e podcasts a discutir a atualidade e a espalhar mentiras, verdades, opiniões.

Hoje em dia, estamos inundados de informação e informação para todos os gostos.

Saber nadar torna-se assim essencial: é preciso mantermo-nos à tona, filtrar o que lemos e ouvimos, navegar por entre as várias fontes e, igualmente importante, ir ter com os outros às ilhas deles, saber as notícias que eles ouvem, a realidade em que habitam. Só assim os conseguimos compreender. Hoje, é preciso nadar, nadar muito. Quem for preguiçoso, andará inevitavelmente mal informado.

**AS REGRAS SOCIAIS SÃO AS MESMAS QUANDO ESTAMOS ONLINE**

Passo agora para a segunda mensagem que vos queria deixar: as regras sociais são as mesmas quando estamos online.

Não sei se conhecem o mito do anel de Giges, que conta Platão n’A República. O mito é simples: um pastor encontra um anel – o anel de Giges – que lhe oferece o dom da invisibilidade, que ele utiliza depois para uma série de más ações que eventualmente o levam ao trono do reino onde vivia. E a conclusão de Glauco, que conta essa história, é a de que se houvesse dois anéis idênticos a este, e fosse dado um a uma pessoa boa e outro a uma pessoa má, ambas tenderiam a comportar-se da mesma maneira injusta, pois o comportamento injusto é aquele que, individualmente, faz mais sentido, porque nos avança em relação aos outros; a justiça – a bondade – é algo que nos é imposto pela relação com os outros, pelas regras comuns da sociedade. Eu sei que este é um tema mais profundo, o de saber se o homem é bom ou mau por natureza, mas perdoem-me a ligeireza de concluir apenas com base naquilo que venho observando e que a internet deixou bastante claro.

É que a internet veio criar esta falsa sensação de invisibilidade: as pessoas falam umas com as outras por detrás de um teclado, podem facilmente ocultar a sua identidade ou falar com quem não as conhece, sem temor de consequências negativas. Esta liberdade criada pela sensação de se ser invisível e intocável está na génese dos inúmeros episódios de ódio que as redes sociais vieram revelar. Digo revelar e não trazer, pois tal como anel de Giges, as redes sociais vieram apenas oferecer um meio de sermos nós próprios sem sofrermos as consequências.

É preciso repensar esta dinâmica. Não somos invisíveis online – aliás, somo-lo cada vez menos, já que a nossa pegada digital está exposta a níveis até preocupantes. Continuamos a falar com e de pessoas. As mesmas regras sociais que me impedem de o ofender a si, aqui em frente a toda a gente, dando a cara, em pessoa, não mudam se eu estiver em casa, a usar uma conta numa rede social com um nome falso.

As redes sociais dão-nos uma plataforma que nos permite aceder aos outros, em todo o lado, espalhar a nossa opinião, partilhar a dos outros. Mas não criaram um sistema de valores à parte nem substituíram as leis e as regras sociais.

A página dos Truques foi anónima durante um ano e meio. Acho que há dezenas de bons motivos para defender o anonimato online. Mas é preciso que quem usa esse anonimato perceba que não tem aí um veículo de desresponsabilização. Sempre soubemos que não poderíamos fazer ou dizer nada sob anonimato que não fizéssemos assinando – porque o anonimato serve para muita coisa, mas não serve – não pode servir – para nos tornar em piores pessoas.

Escrevi o mês passado um artigo para o Observador, onde dizia basicamente que as pessoas não devem ser julgadas por coisas que não puderam escolher, como o seu país de nascimento, a cor da pele ou a orientação sexual. E que no caso dos impulsos de exclusão dos movimentos nacionalistas, que passam sobretudo por fazer da casualidade de ter nascido num país a trave mestra de um pensamento político, isso me parecia denunciar falta de inteligência e falta de humanidade. Era, julguei eu, um texto pouco beligerante.

Fui brindado com dezenas de comentários insultuosos, desde desejos de que eu fosse violado por um bando de imigrantes transexuais criminosos a acusações de que queria abolir a propriedade privada. Não me choquei por aí além, porque giro uma página de quase 200 mil seguidores no Facebook e portanto os excessos absurdos de linguagem nas redes sociais já não me espantam. Mas são ilustrativos de uma forma de estar online. Tivesse eu lido aqui esse texto que escrevi, perante uma assembleia composta pelos que ali comentaram, e nunca teria tido aquelas reações, que teriam sido caladas pelas regras sociais da educação e do bom senso.

Pode parecer uma mensagem pequena, mas acreditem que não é: online, as regras sociais são as mesmas. Vigiem os outros, mas vigiem-se a vocês mesmos e contribuam ativamente para desativar esses comportamentos, fazendo o que fariam na vida real a alguém que desejasse uma violação coletiva a outro porque este tem uma opinião diferente.

**TEMOS DIREITO ÀS NOSSAS OPINIÕES, MAS NÃO TEMOS DIREITO AOS NOSSOS FACTOS.**

Passo para a última mensagem. Temos direito às nossas opiniões, mas não temos direito aos nossos factos.

Mais uma vez, a mensagem parece pequena, mas não é.

Um Facto é algo que pode ser verificado, ou por outra: a afirmação de um facto é passível de qualificação como verdade ou mentira, consoante o facto possa ou não possa ser provado (caso em que não é um facto).

Uma Opinião é um modo pessoal de olhar para determinada coisa – eventualmente, determinado facto. Sobre um enunciado que expressa uma opinião não recai um juízo de verdadeiro/falso, mas antes um juízo de concordância/discordância, ou de validade/invalidade.

Quem afirma um facto tem de o provar. Quem afirma uma opinião, tem apenas de a fundamentar, normalmente com base em crenças e, naturalmente, em factos.

Afirmar o aquecimento global é afirmar um facto: ou o planeta está a aquecer, ou não está. Dizer que o aquecimento global não deve alterar a política energética é uma opinião: face ao facto, a pessoa está a retirar uma conclusão – ainda que estapafúrdia.

Quando não concordamos no facto – neste caso, o aquecimento global – não conseguimos confrontar opiniões, porque estas se baseiam em realidades diferentes. São alhos e bugalhos. Claro que se eu não aceito o aquecimento global como um facto, não posso entender que se defenda a alteração da política energética com base nisso.

É por isso que, apesar de toda a gente ter direito à sua opinião, nem todas as opiniões valem o mesmo. Uma opinião baseada num não-facto (“acho que a homossexualidade deve ser tratada porque é uma doença”) pode ser dita, porque há liberdade de expressão, mas não tem qualquer valor, porque parte de uma realidade falsa. E é aqui que tem entrado, ultimamente, o “mas esta é a minha opinião”.

E aqui temos de parar. Temos de parar para perceber que podemos ter todas as opiniões do mundo, mas temos de partilhar os factos, na medida em que estes forem partilháveis – isto é, que estejam assentes, comprovados pela ciência, por evidência. Porque se não partilharmos os factos, não podemos discutir e se não podemos discutir então vamos ficar sempre separados.

Porque se pode ser a favor da tourada, mas não se pode ser a favor da tourada porque o touro não sente dor – isso não é verdade. Como se pode ser contra a adoção por casais homossexuais, mas não se pode ser contra a adoção por casais homossexuais porque há uma relação entre homossexualidade e pedofilia – isso não é verdade. E pode-se preferir Trump a Clinton por mil razões. Mas não se pode preferir Trump a Clinton porque o Papa Francisco apoia Trump. Isso não é verdade. Pode-se achar que o Bloco de Esquerda prega uma coisa e pratica outra, mas não se pode achar isso porque o relógio da Catarina Martins vale centenas de milhares de euros. Isso não é verdade. Mas são “factos” que, à força de tanta partilha, se tornam verdade para muita gente.

Estas ilhas em que nos separámos poderiam ser ilhas de opinião – quem pensa de uma certa forma vai para um lado, quem pensa de outra vai para outro. Isto sempre existiu, ainda que agora me pareçam mais profundas essas separações.

Mas estas não são ilhas de opinião. São ilhas de factos, de realidades alternativas.

As fake news não criam apenas desinformação: elas criam outros factos, que as pessoas adotam como seus e sobre os quais fazem assentar as suas opiniões.

Volto a Platão, agora na sua alegoria da caverna. É possível que as pessoas não queiram verdadeiramente ser confrontadas com outra realidade. As redes possibilitaram às pessoas conformar a realidade às suas opiniões, e não o contrário. Fomos nós que começamos por nos fechar nas nossas cavernas. Não fomos lá postos prisioneiros, fomos de livre vontade, porque é mais fácil ler notícias que gostamos nos nossos feeds que ir procurar notícias que não gostamos aos jornais conservadores ou aos jornais liberais, aos canais de esquerda, ou aos canais de direita.

E isso tem de acabar. Nós temos de acabar com isso. Porque enquanto vivermos com factos diferentes, vamos continuar a insultar o outro, a afastar o outro, a achá-lo pouco educado, maldoso, inimigo. Porque ouvimos as opiniões deles à luz dos nossos factos e eles ouvem as nossas à luz dos factos deles e, no fundo, não há entendimento possível porque todas as opiniões são inválidas se acharmos que os factos em que se baseiam são falsos.

Enfim, sei que estarão a pensar “e diz ele que é optimista e romântico, que faria se não fosse”. E com razão. Disse-vos no início que não sou um especialista nestas matérias e não sou. Não tenho grandes respostas, nem grandes soluções. Tenho muitas preocupações, algumas ideias e sobretudo o grande medo de estarmos, por conta da falta de literacia mediática, mas também por falta de literacia emocional, a cair em todas as armadilhas que os novos tempos nos lançam e que nos estão a conduzir – e é bom dize-lo em voz alta – a uma rutura definitiva com tudo o que é diferente de nós.

Resta-me, acreditem, a esperança de que ainda vamos a tempo de aprender com os nossos erros. Já não temos é muito tempo, pelo que está na hora de começar.